

NOVAS TENDÊNCIAS E DESAFIOS PARA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: a parceria das universidades estaduais e o sistema UAB

*Maria Aparecida Crissi Knuppel*¹
Universidade Estadual do Centro-Oeste
<https://orcid.org/0000-0002-0853-6833>

*Ilka Márcia Ribeiro de Souza Serra*²
Universidade Estadual do Maranhão
<https://orcid.org/0000-0003-1622-5434>

*Luiz Alberto Rocha De Lira*³
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior /MEC
<https://orcid.org/0000-0001-8719-700X>

RESUMO

Este trabalho avalia as tendências e desafios da educação a distância objetivando identificar as reverberações nas universidades e no Sistema Universidade Aberta do Brasil/UAB, que são impulsionados por ações em favor de processos educativos disruptivos e inovadores, alternativas importantes em ações em rede de forma colaborativa. Aponta projetos a serem realizados pelas universidades estaduais, em parceria com o Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Capes, para elevar a qualidade e a equidade da educação superior pública do Brasil. Evidencia muitos desafios a serem enfrentados em termos de formação para oferecer novas oportunidades de aprendizado nesta sociedade digital, hiperconectada. A educação a distância compartilha os desafios mais amplos que o Brasil enfrenta, tem papel preponderante na recuperação do país e se reconfigura em perspectivas relevantes e ao mesmo tempo híbridas nos processos de ensino e de aprendizagem. Destaca-se a necessidade de ampliação dos conteúdos abertos para o desenvolvimento educacional, por meio de um projeto nacional de Adoção de Recursos Educacionais Abertos/REA's, com apoio da Capes, para desenvolver um ecossistema em um ambiente sustentável, com conteúdo atualizado, num modelo de colaboração que fortaleça a democratização do conhecimento. O estudo aponta urgência de gestão de cursos de educação digital em rede a serem realizados em por universidades pertencentes ao Sistema UAB. Abre-se ainda a possibilidade de constituição de redes, para creditação e acreditação de estudos. Ressalta-se a formação de consórcios para a oferta da mobilidade virtual discente nacional e internacional, a partir do que já é desenvolvido pelas universidades estaduais, por meio da Câmara de Educação a Distância da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Municipais e Estaduais/ABRUEM.

Palavras Chave: Educação Digital. Sistema UAB. Universidades Estaduais. Educação em Rede. Recursos Educacionais Abertos.

1 Doutora em Educação (UEM). Professora Adjunta da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNI-CENTRO). Grupo de Estudos em Educação a Distância e Tecnologias Digitais (GEEaD). Grupo Multidisciplinar em Metodologias, Tecnologias e Design para EaD. Brasil.

2 Doutora em Fitopatologia (UFRPE). Professora Adjunta da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Professora permanente do Programa de Mestrado em Educação Inclusiva - PROFEI - Grupo de Pesquisa em Educação a Distância e Tecnologias Digitais. Brasil.

3 Doutor em Educação (UNIMEP). Analista em Ciência e Tecnologia do Quadro Permanente da Capes/MEC. Pesquisador e consultor na área de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasil.

NEW TRENDS AND CHALLENGES FOR DISTANCE EDUCATION: the partnership of state universities and the UAB System

ABSTRACT

This work evaluates the trends and challenges of distance education in order to identify the reverberations in universities and in the Open University of Brazil/UAB System, which are guided by actions in favor of disruptive and innovative educational processes, important alternatives in collaborative network actions. Indicates projects to be developed by state universities, in partnership with the Ministry of Education, through Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel, Capes, to raise the quality and equity of public higher education in Brazil. Evidence shows many challenges to be faced in terms of training to offer new learning opportunities in this digital society, hyperconnected. Distance education shares the challenges facing of Brazil, and plays a major role in the country's recovery and is reconfigured in relevant perspectives and at the same time hybrid in teaching and learning processes. The need to expand open content for educational development is highlighted, through a national Open Educational Resources/ OER adoption project, with support from Capes, to develop an ecosystem in a sustainable environment, with updated content, in a collaboration model that strengthens the democratization of knowledge. It points to the urgency of managing digital education courses networked to be carried out in universities belonging to the UAB System. The study points out the urgency of managing networked digital education courses to be carried out by universities belonging to the UAB System. It is emphasized the formation of consortia for the provision of virtual mobility national and international student, from what is already developed by state universities, through the distance education chamber of Asociación Brasileña de Decanos de Universidades Municipales y Estatales/ABRUEM.

Keywords: Digital education. UAB system. State universities. Networked education. Open educational resources.

NUEVAS TENDENCIAS Y RETOS PARA LA EDUCACIÓN A DISTANCIA: la colaboración de las universidades estatales y el Sistema UAB

RESUMEN:

Este trabajo evalúa las tendencias y desafíos de la educación a distancia con el fin de identificar las reverberaciones en las universidades y en el Sistema Universidad Abierta de Brasil/ UAB, las cuales están guiadas por acciones a favor de procesos educativos disruptivos e innovadores, alternativas importantes en las acciones colaborativas en red. Indica proyectos a ser desarrollados por universidades estatales, en alianza con el Ministerio de Educación, a través de Coordinación para el Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior, Capes, para elevar la calidad y equidad de la educación superior pública en Brasil. La evidencia muestra muchos retos a afrontar en materia de formación para ofrecer nuevas oportunidades de aprendizaje en esta sociedad digital, hiperconectada. La educación a distancia comparte los desafíos que enfrenta Brasil, juega un papel importante en la recuperación del país y se reconfigura en perspectivas relevantes y al mismo tiempo híbrida en los procesos de enseñanza y aprendizaje. Se destaca la necesidad de expandir contenidos abiertos para el desarrollo educativo, a través de un proyecto nacional de Adopción de Recursos Educativos Abiertos/REA, con el apoyo de Capes, para desarrollar un ecosistema en un ambiente sustentable, con contenido actualizado, en un modelo de colaboración que fortalezca la democratización del conocimiento. Señala la urgencia de gestionar los cursos de educación digital en red para que se realicen en las universidades pertenecientes al Sistema UAB. El estudio destaca la urgencia de gestionar los cursos de educación digital en red que deben realizar las universidades pertenecientes al Sistema UAB. Se destaca la conformación de los consorcios para la provisión de movilidad virtual estudiantil nacional e internacional, a partir de lo que ya está desarrollado por las universidades estatales, a través de la cámara de educación a distancia, de la Asociación Brasileña de Decanos de Universidades Municipales y Estatales/ ABRUEM.

Palabras clave: Educación Digital. Sistema UAB. Universidades Estatales. Educación en Red. Recursos educativos abiertos.

Introdução

A pandemia COVID-19 trouxe uma série de desafios e preocupações, requerendo, no âmbito da educação, um esforço significativo de todos – professores, estudantes, gestores e familiares – para que os processos de ensino e de aprendizagem, na maioria das universidades e escolas de educação básica não cessassem.

Esta crise sanitária adiantou a instigação que já se antevia para o ensino superior, relativo à transformação digital, ao se considerar por exemplo a presença das melhores práticas inventivas em termos de educação a distância, educação digital em rede.

A pandemia apresentou, de forma mais rápida do que o previsto, a educação em territórios diferenciados, no hibridismo do presencial e do virtual e abre o debate sobre a educação a distância, inicialmente confundida com educação *on-line* e com o que se pratica como ensino remoto emergencial e que também repensa procedimentos, cursos, metodologias, tecnologias e gestão pedagógica e administrativa.

As universidades, há tempo já estudam a evolução tecnológica, sabem dos meandros da sociedade em rede, impulsionados pelos recursos de comunicação que geram outras abordagens no ensino e na aprendizagem. Mas, mesmo ocorrendo, em muitas universidades, o ensino presencial mediado por tecnologias e programas de educação a distância, não se imaginava que tão rápida e intensamente a educação digital chegaria em um momento assaz dramático para a sociedade.

Milhões de estudantes nas universidades e nas escolas foram afastados do espaço físico das unidades escolares, dos corredores, laboratórios, salas de aulas, das atividades presenciais nos polos de educação a distância, dos estágios, o que não significou suspensão das atividades pedagógicas, mas exigiu adaptações, que surgiram na chamada realidade *on-line*.

Contudo, essa transição, ainda em movimento, por ser realizada abruptamente, demandou muitas superações. As escolas e universidades tomaram atitudes rápidas, carecendo da formação necessária para tal, sem um percurso estabelecido. Não houve o planejamento e as capacitações adequadas em relação às questões didáticas e pedagógicas, na gestão administrativa, acadêmica ou de infraestrutura tecnológica. Este processo exigiu posicionamentos, formas diferenciadas de gestão tanto para a modalidade presencial como para a educação a distância que, em tese, já praticava a educação híbrida no cogendramento sistêmico do presencial e da distância em sua organização, mas que teve interrompida a atuação em polos de educação a distância de atividades presenciais, entre outras mudanças estabelecidas.

É fundamental que a sociedade avance ainda mais para uma educação digital em rede, numa perspectiva híbrida, de maior convergência entre realidades biológicas e físicas com rea-

lidades digitais e virtuais, o que requer outras formas de gestão nas universidades. O panorama atual mostra que é viável fazer o engendramento entre aprendizagem *on-line*, colaborativa e híbrida, com o desenvolvimento de tecnologia educacional para o ensino superior e para a educação básica, com metodologias ativas e modelos híbridos de educação. O uso intensivo das tecnologias, como forças ambientais na construção de abordagens de aprendizagem contextualizadas e significativas, possibilita a formação dos estudantes de modo mais próximo da vivência cotidiana.

No sentido apontado, destacam-se algumas questões, propulsoras para o debate nos cenários de transformação digital e para se repensar os processos educacionais e que pautam, em alguma medida a reflexão aqui proposta: qual o papel da educação na sociedade tecnológica? Como os avanços tecnológicos impactaram, impactam e modificarão os processos de ensino e de aprendizagem, em especial na modalidade de educação a distância? Quais os caminhos necessários para a realização de uma educação em rede, na modalidade de educação a distância, que se realize em ecossistemas educacionais, nos quais a colaboração seja essencial? Como a gestão das universidades acompanha os processos de transformação nas ações de ensino e de aprendizagem e nos formatos dos cursos a distância? As respostas para estas perguntas e tantas outras são diversas, abertas e complexas e exigem pesquisas na área de transformação digital, gestão da educação a distância, como política pública que auxilie a pensar a união entre processos administrativos, tecnológicos, pedagógicos, espacialidades e seres humanos, em uma sociedade reticular.

Os elementos motivadores para a análise dos dados que subsidiam esta pesquisa são: a) o cenário da questão sanitária e os impactos nas universidades brasileiras, na educação básica e no desenvolvimento regional; b) a modalidade de educação a distância pública no Brasil e seus desafios; c) a importância da definição estratégica do Governo Federal para o fortalecimento de qualificação das ofertas na modalidade, incluindo o Sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB); d) a necessidade de criação de redes de cooperação.

Frente a esse cenário e aos desafios colocados para a sociedade, e com foco especial no impacto para as universidades, este texto especifica novas tendências e possibilidade para a educação a distância colocadas para as universidades e para o Sistema UAB, para impulsionar ações em favor de processos educativos disruptivos e inovadores, alternativas viáveis e importantes e a formação de professores, colaborativos e em redes,

A Educação a Distância (EaD), no Brasil, guarda uma responsabilidade importante quanto à formação de pessoas. Nesse sentido, diminuir a desigualdade educacional, exige uma

postura diferenciada das universidades, um olhar para dentro da estrutura das IES e, ao mesmo tempo, um processo de cooperação fortalecido com o Governo Federal, com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com a educação básica, com as empresas, com a sociedade civil organizada, na oferta da educação superior de qualidade e com ampla abrangência, para auxiliar a retomada do crescimento da economia brasileira e atender reivindicações sociais e de empregabilidade, o que justifica os apontamentos do texto.

Esta pesquisa prospecta projetos a serem realizados pelas universidades estaduais em parceria com o Ministério da Educação, para elevar a qualidade e a equidade da educação superior pública do Brasil, para atender às demandas advindas da pandemia COVID -19 e para o fortalecimento da educação a distância como política pública.

O Sistema Universidade Aberta do Brasil, um ecossistema educacional: o papel das universidades estaduais

Há bases teóricas que amparam a política pública governamental sobre educação a distância, que atua de forma descentralizada em trabalhos de indução e fomento, por meio do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Neste contexto, as parcerias com as universidades estaduais assumem papel relevante, haja vista a diversidade de fatores de gestão vinculados à capacidade de atuações no interior do país.

Por meio Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, foi instituída a política pública que criou o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), marcando uma atitude responsável, prudente em função das lacunas e carências reconhecidas e ainda persistentes na educação básica, evidenciando que o desenvolvimento de um país requer investimento na formação dos professores. “Art. 1º, parágrafo Único, inciso I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica [...]”.

O Sistema UAB objetiva contribuir para a Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação. É, portanto, um programa que investe na ampliação e interiorização da oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância. A prioridade centra-se na formação inicial de professores em efetivo exercício na educação básica pública, sem graduação. Prevê, ainda, a formação continuada dos professores que já têm graduação, de dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica, da rede pública.

Os empreendimentos das universidades materializam-se nas parcerias com a Diretoria de Educação a Distância da Capes e com o poder público municipal, por meio dos polos de apoio presencial, de cursos na modalidade de educação a distância.

Um dos caminhos para o avanço do ensino superior passa pela educação a distância e pela educação digital. Assim, é fundamental que as estratégias acadêmicas e de gestão das universidades estejam alinhadas à política pública e subsidiadas com linhas de financiamento sustentáveis.

Sobre os aspectos da gestão organizacional para oferta de cursos na modalidade educacional a distância, autores como Mill *et al.* (2010) identificam evidências do campo das teorias de gestão clássica, vinculadas aos postulados da administração científica, principalmente quanto ao planejamento, direção, controle e organização frente aos problemas estruturais, num contexto de escassez de recursos.

Para Lenzi (2010) a gestão dos sistemas de ensino, sejam presenciais ou a distância objetiva “[...]coordenar, orientar, executar e acompanhar as atividades para atingir objetivos estabelecidos. (2010, p. 47),” desde o planejamento até o encerramento do projeto de um curso. Para Moore e Kearsley (2007), o desenvolvimento de um sistema de educação a distância deve ser estruturado a partir de algumas condições: prospecção das necessidades dos alunos, prospecção de fontes de conteúdo, formulação de um projeto instrucional, formas de entrega do conteúdo, formas de interação e da criação de ambientes de aprendizagem.

Embora ainda haja grandes desafios em relação à superação cultural remanescente no contexto acadêmico, é impossível afirmar a existência de impedimentos metodológicos à modalidade, compreendendo-se que

A Educação a Distância, como uma possibilidade pedagógica, requer das instituições educacionais que alterem significativamente sua rotina de trabalho: políticas e procedimentos de inscrição de alunos em disciplinas, horários das aulas, procedimentos de avaliação e presença nas atividades de ensino. Apresenta-se, na esfera pedagógica, como mais uma opção metodológica que, por sua relevância e características próprias (distintas das identificadas na educação presencial), impõe a necessidade de novas aprendizagens, possibilitando inovação nos procedimentos de ensino, o que merece especial atenção. (BRASIL, 2008, p.2).

Sob tal aspecto e considerando o Brasil um país continental com 5.570 municípios, é importante uma ação política descentralizada, como é o caso do Sistema UAB.

As reformas educacionais, surgidas a partir da década de 1990 ressaltam a importância de que as instituições criem e inovem na gestão educacional, sobremaneira quando modelos de gestão sustentados na economia neoliberal são revistos, pois o que está claro é que o velho paradigma econômico está desgastado e a gestão na educação a distância se reveste de movimentos que exigem outras posturas em termos de política pública, de financiamento e de gestão.

Segundo Ibáñez, a educação à distância é uma das tendências mais vigorosas e inovadoras para o século XXI, aliada ao desenvolvimento de tecnologias aplicadas à educação e:

No Brasil, esse crescimento também é evidente e o desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação contribui para essa disseminação. Hoje o que percebemos é uma educação a distância de qualidade e para muitas pessoas a única chance de ter acesso ao conhecimento, assim como uma alternativa para regiões cujo incentivo governamental nem sempre são suficientes, resumidamente podemos concluir que a EAD aos poucos está modificando o cenário educacional brasileiro, conquistando vitórias e mudanças positivas em todo o meio social. (IBANEZ, 1998, p.20),

Portanto, a descentralização da gestão educacional, quer seja no ensino básico ou superior, é uma estratégia para a maior eficiência e eficácia de resultados. Para tal, os órgãos e as agências de fomento em ciência e tecnologia, como é o caso da Capes, na condução da política nacional de educação a distância por meio da UAB, precisam oferecer alternativas de melhoria e alcance de resultados e potencializar os escassos recursos aplicados.

No campo das políticas públicas que ocorrem por indução, o fortalecimento das ações do governo central para a expansão do ensino superior, por meio da Capes, requer a colaboração do sistema estadual, que atua por meio de convênios. Esse formato visa fortalecer a interiorização do ensino superior, que na visão de Ferreira (2010), começou nos anos 1950, de forma tímida, e só ganhou maior fôlego na década de 1990.

A interiorização do ensino superior também é reforçada em outro diploma legal do governo federal e é um repto que integra o atual Plano Nacional de Educação do decênio 2014-2024, Lei nº 13.005/14 de 25 de junho de 2014. Na Meta 12, o PNE fixa os percentuais de matrículas de graduação a serem atingidos até o término do decênio:

[...] elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. (BRASIL, 2014).

As universidades estaduais, por meio do Sistema UAB, têm um papel essencial, já que a forma de gestão consubstanciada nos planos diretores das universidades envolve a interiorização de procedimentos, o que converge para o alcance da meta 12 do PNE, por meio de esforços conjugados entre a união, estados e municípios.

Atualmente o sistema UAB congrega 131 Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) incluindo Universidades Federais, Estaduais e Institutos Federais. Dessas, 30 são universidades

estaduais, sendo três da Região Centro-Oeste, treze da Região Nordeste, três da Região Norte, quatro da Região Sudeste e sete da Região Sul.

Os dados do Sistema UAB (SisUAB) registram que as universidades estaduais são responsáveis por um percentual relevante da formação inicial e continuada de professores, atendendo ao Plano Nacional de Educação.

Em pontos percentuais, as instituições estaduais respondem por aproximadamente 28% das ofertas da UAB, tendo, em 2021, 155 ofertas de cursos que beneficiaram 40.821 alunos. Esses números são responsáveis, em grande medida, pela interiorização das ofertas EAD nas universidades estaduais e municipais, em parceria com os polos EaD.

No trabalho integrado entre universidades, Capes e municípios, conforme Relatório Técnico (ABRUEM, 2021), as universidades estaduais já ofereceram 238.876 vagas nos diferentes editais (Edital nº 02/2013, edital nº 75/2014, edital nº 22/2015 e edital nº 05/2018).

O maior número de vagas foi disponibilizado para a Região Nordeste (41%), seguida da Região Sul (33%) e as três outras regiões somaram 26% das vagas. Estes números alinham-se às demandas de formação inicial e continuada de professores para educação básica. Segundo dados do INEP, em 2018, o Brasil ainda contava com 21,6% de professores sem formação em nível superior. As regiões com maior demanda para formação de professores são as regiões Norte (26,7%) e Nordeste (33,7%) (INEP, 2019).

Os dados demonstram que as instituições estaduais têm um ativo importante na oferta dos cursos na modalidade de educação a distância e podem, por meio de projetos inovadores, consubstanciadas em políticas públicas, ampliar a formação para educação básica e outras formações necessárias para os novos cenários formativos colocados para a retomada do crescimento econômico no país e para a diminuição das desigualdades sociais.

Contudo, o Censo 2019, publicado em outubro de 2020, aponta que o número de matrículas em cursos de graduação presencial diminuiu 5,2% entre 2018 e 2019 e a modalidade de educação a distância variou positivamente 45,0%, no mesmo período. Entre 2009 e 2019, as matrículas de cursos de graduação a distância aumentaram 479%, enquanto na modalidade presencial o crescimento foi apenas de 118%. Entretanto, em 2019, a matrícula, na rede pública, cresceu 0,1% e, na rede privada, 2,4%. A rede privada concentrava 75,8% das matrículas de educação superior de graduação. Do total de vagas ofertadas em 2019, não diferenciando o tipo de instituição de ensino, tem-se que 57% das ofertas são de bacharelado, 20% são de licenciaturas e 23% são de cursos superiores tecnológicos (INEP, 2020).

Mesmo com esta disparidade de oferta entre as universidades particulares e as universidades estaduais, a educação superior pública, na modalidade, permitiu que indivíduos mais vulneráveis fossem atendidos e esta expansão foi fundamental para o desenvolvimento econômico, social e educacional do país.

Em relação às licenciaturas, ainda de acordo com o INEP (2020), as matrículas registradas em 2019 estavam concentradas na modalidade EaD (53,3%) e desde o ano de 2018, o número de alunos que frequentam cursos a distância (816.888) é maior do que o número de alunos dos cursos presenciais (811.788). A mudança de modalidade na formação dos professores brasileiros que atuam na educação básica teve início em 2014 e se deve às políticas implementadas via Sistema UAB.

A modalidade EaD dispõe de pedagogias que contribuem efetivamente para uma reconfiguração do processo educativo no ensino superior, pois a sua proposição chama para a prática do exercício efetivo de pedagogias que promovam a capacidade de resolver problemas, a interação com pessoas de diferentes regiões do país, diferentes modelos educacionais e a organização de redes de colaboração.

Tendências da educação superior: desafios para educação a distância

A educação superior acontece em contextos sociais específicos e no caso da educação a distância na interação entre atores sociais, em ambientes virtuais de aprendizagem e polos de educação a distância. Nesses cenários, as experiências de aprendizagem são construídas e reconstruídas pelos indivíduos em processos de colaboração e interação que passam por adequações e transformações, de acordo com as questões apresentadas.

Para entender o cenário da educação superior brasileira, encontra-se apoio na última publicação do Relatório Horizon Report (2021) que no sumário executivo destaca:

A pandemia da COVID1-9 transformou o panorama educacional. Embora não se saiba se estas transformações criaram raízes e persistirão no futuro, não é difícil imaginar que alguns importantes aspectos da educação superior não serão os mesmos (livre tradução dos autores). (HORIZON REPORT, 2021, p.4, tradução nossa).⁴

O relatório estruturado por pesquisadores de diferentes países traz tendências, dificuldades, limites, entre outros aspectos importantes, da educação superior no mundo. Um dos tópicos

⁴ COVID-19 pandemic has transformed the higher education landscape. Though it remains to be seen whether those transformations have taken root and will persist into the future, it isn't hard to imagine that higher education may never be the same in some important ways (good or bad) (HORIZON REPORT, 2021, p.4).

observados enfatiza que as desigualdades educacionais trazidas pela pandemia, caracterizam o denominado fosso digital:

A pandemia COVID-19 revelou as desigualdades digitais que existem entre alunos que compartilham os mesmos cursos. Na medida em que o ensino superior no futuro continuará a contar com tecnologias remotas e redes digitais para a oferta de cursos e experiências de aprendizagem, o fosso só aumentará entre aqueles com todas as vantagens digitais e outros que lutam para obter acesso à rede e a dispositivos básicos. Essas lacunas se tornarão evidentes entre os alunos não apenas ao longo de sua conclusão do ensino superior, mas, em muitos casos, muito antes de entrarem na faculdade. (HORIZON REPORT, 2021, p. 07, tradução nossa)⁵

Os apontamentos trazidos pelo relatório em termos de exclusão digital ativam ainda mais o papel dos Polos de EaD, com infraestrutura para atender os alunos e pessoas da comunidade e destacam a importância da formação de pessoas para o mundo digital. Mostram de forma enfática que as mudanças rápidas que ocorreram em 2020/2021, trouxeram a necessidade de se ter mais tecnologias digitais para a educação e a adoção generalizada de modelos de ensino e de aprendizagem híbridos. Apontaram uma identificação de docentes e alunos com as novas maneiras de interagir com o auxílio da tecnologia, como uma importante experiência, em favor de modelos de aprendizagem que permitem movimento flexível entre experiências remotas e presenciais.

A tecnologia de aprendizagem deve se tornar ainda amplamente adotada no futuro. A descoberta de novas necessidades e o uso de outras ferramentas para este modelo de curso, levará às inovações contínuas e ao desenvolvimento de tecnologias de aprendizagem totalmente novas. (HORIZON REPORT, 2021, p. 07, tradução nossa).⁶

Contudo, a formação de professores para atuar com as tecnologias digitais e para a compreensão dos pressupostos da educação híbrida exige que os docentes assumam diferentes formas de trabalhar e adquiram a fluência digital. Para tal, investimentos contínuos no desenvolvimento do corpo docente são essenciais, incluindo acesso à internet, suporte de *design* e de

5 The COVID-19 pandemic has laid bare the digital inequities that exist between students sharing the same courses. To the extent that higher education in the future will continue to rely on remote technologies and digital networks for course delivery and learning experiences, the gap will only widen between those with every digital advantage and those who struggle to gain access to even the basic devices and network necessities. These gaps will become evident among students not only over the course of their postsecondary education attainment but, in many cases, long before they enter college (HORIZON REPORT, 2021, p. 07).

6 Learning technology stands to become even more widely adopted on the road ahead, and the discovery of new needs and uses for these and other courserelated tools will lead to ongoing innovations and entirely new learning technologies (HORIZON REPORT, 2021, p. 07).

tecnologia, para apoiar o corpo docente e alunos, o uso de recursos educacionais abertos (REAs), como formação para novos estilos de gestão e de liderança centrados na relação com a equipe.

Muitas instituições estão se adaptando ao modelo híbrido, pensando no barateamento dos custos, não acompanhados por estudos que tragam evidências de sua eficácia no contexto e não consideram a necessidade da pesquisa acadêmica e da formação adequada de professores para atuar nos espaços. A educação superior sempre se defrontou com o clima político e os acontecimentos do momento. Não é de hoje que o emaranhado da política, das tendências do momento, do financiamento são forças que moldam a gestão pedagógica e administrativa nas universidades, prejudicando o ensino, a pesquisa e a extensão.

Soma-se ainda, segundo o relatório, exemplos de universidades que mantêm a tradição de ensino presencial e consideram o uso de modelos mais flexíveis como barateamento e as tecnologias como ameaças para um ensino de qualidade. Tais instituições se fundamentam no princípio de fazer mais para um grupo menor e concentram ações em cursos com aplicações diretas e práticas percebidas para a indústria, para as necessidades do mercado, entre eles: negócios, ciências, direito, medicina, ciência da computação e economia.

Há ainda que considerar que muitos alunos praticam formações livres que resolvem a necessidade de formação imediata, sem a necessidade de estudos regulares, os denominados microcréditos e trazem para o debate o papel das universidades, já que grandes empresas de tecnologia e de outras áreas ofertam cursos que responder às necessidades dos alunos no momento que procuram inserção no mercado e, ao mesmo tempo, às expectativas do próprio mercado de trabalho (SERRA, *et al.* 2021).

Por uma educação a distância em rede

Nas seções anteriores observa-se grandes desafios e preocupações para a educação superior, que se colocam globalmente, fruto dos avanços tecnológicos e sociais que criaram uma sociedade em rede, mudando totalmente as bases da cultura e da economia contemporânea.

Castells, na obra *A era da informação* (2002), evidencia os cinco pressupostos da sociedade em rede, defendidos por ele: a informação, a flexibilização da produção, a lógica reticular, a difusão e a convergência das tecnologias digitais de comunicação. Nesta teia social, há uma centralidade do ator social na interação com as tecnologias e relação com os meios informacionais, como fundamentais no processo de transformação social e política, num círculo virtuoso.

Para Di Felice (2013) as redes pensadas por Manuel Castells são:

[...] expressões de um novo social expandido, no qual as informações são disseminadas pelos atores sociais em conflito entre si e cuja ação encontra sua difusão na mesma estrutura comunicativa. Na sua visão, a sociedade em rede caracteriza-se como uma sociedade englobante na qual os atores, suas ações, o poder e as instituições encontram nas redes sua disseminação e redefinição social. Em outras palavras, a sociedade em rede é um sistema social que possui atores, instituições que se comunicam entre si disseminando funções, desejos, esperanças e objetivos exclusivamente humanos. (DI FELICE, 2013, p. 49-50).

Pensar a educação em rede, como um ecossistema é considerá-la a chave-mestra para o desenvolvimento social, individual e coletivo. Portanto, impõe-se ao Estado a universalização do acesso aos mais diversos níveis de formação, realidade que só será conquistada com a participação de todos, em sistemas colaborativos e em rede, sob a perspectiva de uma política nacional para a educação superior que considere a relação entre educação presencial e a distância, que certamente terá efeitos na construção de novos ambientes de aprendizagem em todos os níveis de educação.

Nas últimas décadas, vários esforços foram efetivados para garantir maior organicidade entre as políticas, os programas e as ações direcionadas à formação de pessoas e, no caso do Sistema UAB, à formação de professores. Mesmo com várias legislações e documentos aprovados e que deram origem a diversos programas e projetos do Governo Federal, as necessidades são inúmeras, tanto em termos quantitativos de pessoas que necessitam de formação, como em processos qualitativos a serem desenvolvidos e que assegurem a formação ampla e sólida para os profissionais de diferentes áreas do conhecimento.

No sentido apontado, as universidades estaduais, pela capilaridade existente, pela dinâmica das atuações que chegam a lugares mais afastados dos centros universitários, atendem e podem continuar atendendo, qualitativamente pessoas, sobretudo aquelas que querem autonomia no processo de construção de saberes científicos e nos saberes produzidos no cotidiano.

Os programas de educação digital propostos pelo governo, voltados de maneira acentuada à formação de professores da educação básica e à responsabilidade social para formação de jovens e adultos que veem na formação inicial e continuada auxiliares para conquistar oportunidades de estudos, de pesquisa e de trabalho, são um projeto nacional da educação brasileira. Para tanto requer ações como: 1) a necessidade de ampliação da oferta de cursos de educação superior para a população; 2) a questão tempo e espaço que se reconfiguram em uma educação digital aberta; 3) a oportunidade de acesso e de permanência na universidade; 4) a possibilidade do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação como uma força ambiental que muda a forma do relacionamento consigo mesmo, com os outros e com a própria realidade; 5) a qua-

lidade dos cursos ofertados na modalidade de educação a distância pelas instituições federais, estaduais e municipais.

Neste sentido, as universidades reivindicam participação em projetos de interesse nacional relativos à educação a distância, em parceria com outras universidades públicas, em constituição de ações em rede. Para tal, requerem participação em discussões e debates que promovam novos arranjos educacionais que considerem a educação digital em rede e a educação a distância, que privilegiem a formação de professores, a formação continuada, a formação inicial em cursos de bacharelado e cursos superiores de tecnologia não contemplados pelo Sistema UAB. Entendem que o desenvolvimento de um trabalho acadêmico para a formação de pessoas passa, obrigatoriamente, por essa modalidade de educação, numa perspectiva de democratização do saber.

No rastro desses fundamentos, acredita-se, também, que o Sistema UAB precisa ser induzido à continuidade, de maneira responsável e sustentável, a exemplo do que é mantido pela Capes, gerenciado com muita experiência, tecnicidade e que hoje é indutora de sucesso da modalidade a distância e cuja competência a credencia para a continuidade como gestora operacional do sistema.

Frente ao exposto, releva a importância da parceria das universidades estaduais com o Sistema UAB e ações a serem desenvolvidas, que fortalecem a política pública de interiorização do ensino superior, do aumento de acesso da população a cursos que auxiliam na formação de pessoas, para novos cenários de trabalho.

Redes de colaboração

A construção de redes de colaboração entre as universidades é imprescindível para o fortalecimento dos processos educacionais e fundamental para que aconteçam avanços ainda maiores em cursos combinados ou híbridos, em múltiplos modelos de curso. Por exemplo, a aplicação de um amplo programa com foco no desenvolvimento econômico das regiões, considerando a necessidade de retomada do crescimento e a oferta de oportunidades para pessoas que não têm formação e atuam na informalidade. O programa, executado em redes de colaboração com a participação das universidades e institutos federais, ofertado por meio de cursos de bacharelado ou superior de tecnologia, cursos de curta duração ou executivos, ofertados de forma híbrida auxiliam as pessoas a adquirir competências em diversas áreas do conhecimento.

Schlemmer *et al.* (2020) afirmam que a natureza e a propriedade do espaço e dos meios mudam, o que exige conhecimento das potencialidades e limites de cada tecnologia digital. Dessa forma, os docentes necessitam reconfigurar as práticas pedagógicas e metodologias. Os pesqui-

sadores afirmam ainda que isso exige competências para o desenvolvimento de uma docência de qualidade e habilidades digitais que permitam desenvolver fluência técnico-didático-pedagógica, o induz a pensar em novas pedagogias, seguir comunicando-se face a face e digitalmente com os alunos, com as tecnologias móveis equilibrando a interação de todos com todos e com cada um.

Pesquisas apontam que grande parte dos professores precisa de apoio para a inserção na educação digital e que os estudantes visam a fluência digital em tecnologias educacionais. Há um *gap* na relação entre era digital, tecnologias como forças ambientais e educação digital em rede e a formação dos atores que agem nas instituições de ensino superior.

Neste sentido, o desafio para as universidades é grande, mas ao mesmo tempo promissor, pois indica às instituições flexibilizarem os processos de formação e de gestão, gerando outras oportunidades de atuação cidadã, em prol da ciência, da equidade social e do desenvolvimento sustentável e de processos de ensino e aprendizagem mais próximos das necessidades sociais e educacionais. Portanto, uma rede de parcerias que permita a oferta de cursos de educação digital em rede ajuda muito neste processo, haja vista a extensa parceria que o Sistema UAB tem.

Atinente ao exposto, tem-se ainda, por meio da constituição de uma rede de universidades, a adoção sistemática e organizada de uma política pública, dos repositórios de Recursos Educacionais Abertos/REAs, que fortalecem o EDUCAPES e outros portais das universidades. Muitas universidades já tinham seus repositórios bem antes da pandemia, mas esta trouxe outras possibilidades em educação aberta.

Com os conteúdos abertos, há um amplo projeto de desenvolvimento educacional que inclui tecnologias de ponta amplamente acessíveis, por meio de um projeto nacional de adoção de REAs, com apoio da Capes. Dessa forma, constrói-se um ecossistema com um ambiente sustentável, com conteúdo atualizado, num modelo de colaboração que torna mais fortalecida a democratização do conhecimento, auxilia na formação de pessoas, no desenvolvimento econômico e minimiza o fosso digital, para a equidade social.

Nesse sentido, entende-se que os Recursos Educacionais Abertos são muito mais abrangentes do que os materiais didáticos impressos. E têm um relevante papel na inclusão educativa e social, auxiliando no letramento digital, cooperando na aprendizagem dos estudantes em cursos, promovendo muitas oportunidades para que os docentes melhorem as estratégias de ensino.

Na perspectiva da constituição de redes, para creditação e acreditação de estudos, ressalta-se a formação de consórcios para a oferta da mobilidade virtual discente nacional e internacional, a partir do que já é desenvolvido pelas universidades estaduais, por meio da câmara EaD da

ABRUEM, com o objetivo de recuperar a defasagem no aprendizado dos estudantes em tempos de pandemia, possibilitar enriquecimento curricular e acelerar os processos formativos, entre outros.

Considerações Finais

O cenário advindo da COVID-19, no início de 2020, mudou drasticamente a forma como se estrutura a gestão e o ensino nas universidades, requerida pelas múltiplas mudanças e transformações no seio da sociedade como um todo. O que era possibilidades impôs-se como necessidades.

Em uma arquitetura ecossistêmica que se processa no entrecruzamento da Web 2.0, da Internet das Coisas (IoT) e da Internet dos Dados (*Big Data*), que trazem à tona o conceito de *Internet of Everything* (IoE), emerge a questão primordial do significado do ser humano numa época hiperconectada e em constante transformação. A transformação digital leva cada vez mais à digitalização de todas as superfícies e ao desenvolvimento de um mundo bit, ressaltando a necessidade de um ecossistema conectivo que contempla ecologias interativas e complexas, que muda o modo como as pessoas vivem, interagem, estudam, trabalham e se inserem no complexo mercado de trabalho. E não há como retroceder em relevantes processos iniciados, que precisam ser ampliados para que as universidades avancem em novos rumos na gestão e nas práticas pedagógicas.

O fortalecimento do Sistema UAB, por meio de redes de colaboração é essencial para a inovação no sistema de ensino superior, entendida como a adoção de processos, procedimentos, novos serviços, tecnologias, competências digitais, entre outros tópicos, com a finalidade de melhorar os resultados da aprendizagem, reforçar a equidade social, promover ações compartilhadas entre universidades e produzir mais saberes para a sociedade, carente de oportunidades de trabalho e de formação.

Em uma sociedade hiperconectada, tecnológica e reticular, só se concebe a educação a distância explorando as potencialidades da modalidade inserida na perspectiva da educação digital. É um processo educacional que acontece nas relações e nas trocas entre os seres humanos, o conhecimento, a tecnologia, os objetos, as coisas, os dados, a realidade física e suas características.

A situação apontada neste trabalho reforça a importância das IPES estaduais e os resultados cooperam no sentido de descobrir outros direcionamentos, enriquecendo cada vez mais a modalidade EaD, potencializando a universalização e democratização da educação superior pública e de qualidade.

A parceria entre as universidades estaduais justifica-se do ponto de vista de viabilidade econômica, a partir do princípio da eficiência da administração pública, da evolução tecnológica e para a efetivação da gestão pedagógica e administrativa na modalidade de educação a distância, ao conceber e propor programas, linhas de ações e trabalhos realizados de forma colaborativa.

As universidades estaduais, assim como o sistema federal, têm capacidade instalada, processos de pesquisa e de ensino ligados à perspectiva de atendimento às grandes demandas de formação com a qualidade oferecida pelas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas brasileiras em todo o território nacional, caracterizando-se, portanto, em um sistema associado às metas e projetos do Ministério da Educação para qualificação de pessoas, quer seja na UAB, na esfera da Secretaria de Educação Básica ou nas ações da Secretaria de Ensino Superior (SESU), entre outras secretarias e órgãos de governo.

Os recursos de educação disponíveis para a modalidade de educação a distância, em sua grande maioria, nas universidades públicas vêm do Programa UAB. Contudo, dada a abrangência do programa há a necessidade de investimentos para a manutenção do sistema para atender a formação de professores e de gestores públicos e ampliar o atendimento às carências regionais, sobremaneira as observadas por meio dos arranjos produtivos locais, conforme necessidade demandada em cada estado, visando o crescimento econômico, em especial pós pandemia. Neste cenário, as universidades estaduais que fazem parte da UAB contribuem para a expansão da modalidade, atingem localidades que outras universidades particulares e mesmo as universidades federais ainda não chegam, dada a sua capilaridade e força de interiorização das ofertas.

Evidências apontam muitos desafios a serem enfrentados em termos de formação para oferecer aprendizado nesta sociedade digital, hiperconectada. A educação a distância compartilha os desafios mais amplos que o Brasil enfrenta, tem papel preponderante na recuperação do país e se reconfigura em perspectivas relevantes e ao mesmo tempo híbridas nos processos de ensino e de aprendizagem.

A situação educacional do Brasil exige esforços redobrados e contínuos, com os recursos necessários, para elevar a qualidade e a equidade do atendimento à formação de pessoas, juntamente com medidas imediatas para mitigar os efeitos da crise pandêmica que fomentou a crise de aprendizagem que já existia na educação brasileira. Para enfrentar o desafio, apresentam-se as universidades, com variedade de iniciativas criativas e com o compromisso com a educação superior pública e de qualidade. Atende-se, assim, às necessidades nacionais em termos de ensino superior com vistas a uma política voltada à expansão, à qualificação e à interiorização preconizada nos documentos e adequando-se às transformações educacionais necessárias a uma

nova fase da sociedade tecnológica para se constituir em um ecossistema educacional, numa perspectiva de atuação em rede.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Brasília, MEC: 2008.

BRASIL. **Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 5.800/2006, dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil**. 2019.

CASTELLS, M. **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**, Vol. I, A Sociedade em Rede. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

CASTRO, J. M.; LADEIRA, E. S. **Gestão e planejamento de cursos a distância (EAD) no Brasil: um estudo de casos múltiplos em três instituições de ensino superior**. Revista Gestão e Planejamento, Salvador, v. 10, n. 2, p. 229-247, jul./dez. 2009.

DI FELICE, M. **Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas**. Revista Matrizes. São Paulo, Ano 7 – nº 2, p. 49- 71, jul./dez. 2013

FERREIRA, C. A. Vivências de integração curricular na metodologia de trabalho de projecto. **Revista Galego-Portuguesa de Psicologia e Educación**, v. 18, n. 1, p. 91-105, 2010

GURGEL, Anderson. **A viagem do conhecimento - Novas tecnologias para o ensino a distância podem reduzir o déficit educacional**. 2007, ano 4, edição 30 - 2007. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1533:catid=28&Itemid=23.

HORIZON REPORT, Educase. **Teaching and Learning Edition** Disponível em <https://library.educause.edu/resources/2021/2/horizon-reports>, fevereiro 2021. Acesso em 10 out 2021.

IBÁÑEZ, Ricardo Marin. **A educação a distância. Suas modalidades e economia**. Rio de Janeiro: UCB, 1998.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. INEP. **Censo da Educação Superior 2019: Divulgação dos resultados**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados> . Acesso em 27 out 2021.

LIRA, L. A. R.; LIMA, B. F. Z. **Desafios da gestão de políticas públicas educacionais para formação de professores no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil**. In: EmRede - Revista de Educação a Distância, v.1, n. 1, Porto Alegre: Unirede, julho 2014. p. 137-151

LENZI, Greicy Kelli Spanhol. **Diretrizes para a gestão de projetos de cursos de capacitação na modalidade de educação a distância**. Florianópolis: 2010, orientador David Mayle, Open University, 147 f. Dissertação: Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Florianópolis: UFSC, 2010.

PANDINI, Carmem Maria Cipriani, SERRA, Ilka Marcia de Ribeiro de Souza Soares, KNU-PPPEL, Maria Aparecida Crissi, BENVIDES, Tânia Moura. **Relatório Técnico**. Uma análise sobre a atuação das Universidades Estaduais na modalidade de Educação a Distância Ofertas e perspectivas da rede no Sistema Universidade Aberta do Brasil, ABRUEM, 2021.

MILL, Daniel. **Dicionário crítico de educação e tecnologia e de educação a distância**. Campinas: Papirus, 2018.

MILL, D.; BRITO, N. D.; SILVA, A. R. da; ALMEIDA, L. F. **Gestão da educação a distância (EaD): noções sobre planejamento, organização, direção e controle da EaD**. Vertentes (UFSJ), v. 35, n. 1, 2010, p. 9-23.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Thompson Pioneira, 2007.

SCHLEMMER, E.; DI FELICE, M.; SERRA, I. M. R. S. Educação OnLIFE: a dimensão ecológica das arquiteturas digitais de aprendizagem. **Educar em Revista**. Curitiba, v. 36, e76120, 2020.

SERRA, Ilka Márcia Ribeiro de Souza; KNÜPPEL, Maria Aparecida Crissi; HORST, Scheyla Joanne. (org.). **Docência no ensino superior em tempos fluidos**. São Luís: Uemanet, 2021.

SISUAB – Capes/MEC. **Sistema de Gestão da UAB**. Disponível em: <https://sisuab2.capes.gov.br/>, acesso em 10 out 2021.

Recebido em: 02 de outubro de 2021.

Publicado em: 06 de dezembro de 2021.



Este é um artigo publicado em acesso aberto sob uma licença Creative Commons.